



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

PLANO DE CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

Montes Claros - MG
2016

Presidente da República

Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro da Educação

José Mendonça Bezerra Filho

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Eline Neves Braga Nascimento

Reitor

Prof. José Ricardo Martins da Silva

Pró-Reitor de Administração e Planejamento

Prof. Edmilson Tadeu Cassani

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Prof. Alisson Magalhães Castro

Pró-Reitor de Ensino

Prof. Ricardo Magalhães Dias Cardoso

Pró-Reitor de Extensão

Prof.^a Maria Araci Magalhães

Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação Tecnológica e Pós-Graduação

Prof. Rogério Mendes Murta

Diretores Gerais de Campus

Campus Almenara – Prof. João Brálio Mendes Pereira Lima

Campus Araçuaí – Prof. Aécio Oliveira De Miranda

Campus Arinos – Prof. Elias Rodrigues De Oliveira Filho

Campus Avançado Janaúba - Prof. Fernando Barreto Rodrigues

Campus Avançado Porteirinha – Prof. Tarso Guilherme Macedo Pires

Campus Diamantina - Prof. Júnio Jáber

Campus Januária – Prof. Cláudio Roberto Ferreira Mont'alvão

Campus Montes Claros – Prof. Renato Afonso Cota Silva

Campus Pirapora – Prof^a. Joaquina Aparecida Nobre Silva Gomes

Campus Salinas – Prof. Wagner Patrício De Souza Junior

Campus Teófilo Otoni - Prof. Renildo Ismael Félix Da Costa

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Diretor

Prof. Antônio Carlos Soares Martins

Coordenação de Ensino

Prof.^a Ramony Maria Da Silva Reis Oliveira

Coordenação de Administração

Alessandro Fonseca Câmara

EQUIPE ORGANIZADORA

Antônio Carlos Soares Martins

Ednaldo Liberato de Oliveira

Elmer Sena Souza

Luciana Cardoso de Araújo

Ramony Maria da Silva Reis Oliveira

SUMÁRIO

Sumário

1 APRESENTAÇÃO.....	5
1.1 Apresentação geral.....	5
1.1 Apresentação geral.....	5
1.2 Apresentação da EAD.....	8
1.2 Apresentação da EAD.....	8
1.2.1 Finalidades, objetivos e princípios da EAD.....	9
1.2.1.1 Finalidades.....	10
1.2.1.2 Objetivos.....	10
1.2.1.3 Princípios.....	11
2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	12
3 JUSTIFICATIVA.....	12
4 OBJETIVOS.....	13
4.1 Objetivo geral.....	13
4.1 Objetivo geral.....	13
4.2 Objetivos específicos.....	14
4.2 Objetivos específicos.....	14
5 PERFIL PROFISSIONAL DOS EGRESSOS.....	14
6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	16
6.1 Orientações metodológicas.....	16
6.1 Orientações metodológicas.....	16
6.1.1 Material didático do curso.....	18
6.1.2 Metodologia de organização dos módulos.....	18
6.1.2.1 Módulo introdutório.....	18
6.1.2.2 Estudos individuais.....	18
6.1.2.3 Grupos de trabalho.....	19
6.1.2.4 Encontros presenciais.....	19
6.2. Estrutura curricular do curso.....	21
6.2. Estrutura curricular do curso.....	21
6.2.1 Matriz curricular.....	21
6.2.3 Ementário por disciplina.....	22
6.2.4 Prática profissional.....	38
6.2.5 Estágio curricular.....	39
7 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES.....	39
8 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO APLICADOS AOS ALUNOS DO CURSO.....	40
8.1 Avaliação da aprendizagem.....	40
8.1 Avaliação da aprendizagem.....	40
8.2. Promoção e Reprovação.....	41
8.2. Promoção e Reprovação.....	41
8.2.1 Quadro de avaliações.....	41
8.3 Frequência.....	42
8.3 Frequência.....	42
9 AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO.....	42
10 CERTIFICADOS E DIPLOMAS A SEREM EXPEDIDOS.....	42
11 REFERÊNCIAS.....	43

1. APRESENTAÇÃO

1.1 Apresentação geral¹

Em 1978, as Escolas Técnicas Federais do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica e receberam a atribuição de formar engenheiros de operação e tecnólogos, procurando adequar o ensino profissional às demandas do desenvolvimento econômico e do mercado de trabalho. Tal diretriz da educação técnica e tecnológica foi acentuada, em 1997, com o [Decreto nº 2208](#), que desvinculou a educação técnica do ensino médio, com a extinção dos cursos técnicos integrados e priorizou a instituição de cursos superiores de tecnologia. Com o [Decreto nº 5.154, de 2004](#), ainda que se tenha pretendido a reintegração, muito tímida, dos ensinos médio e técnico, sob as formas concomitante e continuada, a orientação para o mercado do trabalho permaneceu.

Porém, já eram perceptíveis alguns sinais de novas tendências. A partir de 2003, a política do governo federal passou a ter sua essência na superação da pobreza e da desigualdade social. Com essa nova concepção, o governo decidiu expandir a rede de escolas federais de educação profissional e tecnológica. A primeira fase, iniciada em 2006, foi mais quantitativa e procurou implantar escolas desse tipo nos estados onde elas não existiam, “preferencialmente, em periferias de metrópoles e em municípios interioranos distantes de centros urbanos, em que os cursos estivessem articulados com as potencialidades locais de geração de trabalho.” (PPP, p. 17).

Na segunda fase, a partir de 2007, manteve-se o perfil quantitativo a partir da proposta de implantação de uma “escola técnica em cada cidade-polo do país”. Nessa vertente, 150 unidades foram implantadas, abrindo 180 mil vagas na educação profissional e tecnológica. Projetaram-se cerca de 500 mil matrículas até 2010, quando a expansão deveria estar concluída e na plenitude de seu funcionamento.

Ao estabelecer como um dos critérios na definição das cidades-polo a distribuição territorial equilibrada das novas unidades, a cobertura do maior número possível de mesorregiões e a sintonia com os arranjos produtivos sociais e culturais locais, reafirmasse o propósito de consolidar o comprometimento da educação profissional e tecnológica com o desenvolvimento local e regional.

Certamente, cumprindo sua missão, os institutos agenciarão o desenvolvimento técnico-tecnológico nos níveis nacional, regional e local, na mesma proporção do crescimento quantitativo e qualitativo, do seu capital humano, dos grupos de pesquisa e

¹ Texto adaptado do projeto político-pedagógico (PPP) do IFNMG – Câmpus Montes Claros.

da inovação científica e tecnológica e, é claro, do ensino técnico, científico e tecnológico articulados ao mundo real, socialmente construído e vivido.

Os Institutos Federais de Educação Tecnológica foram instituídos a partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Além da criação de novas unidades, houve a integração de outras instituições que ofertavam educação profissional de nível médio como os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), Escolas Técnicas Federais, entre outros. Sua atribuição legal baseia-se em ofertar educação profissional em suas mais variadas modalidades, abrangendo licenciaturas, bacharelados, educação profissional de nível básico e médio, cursos de formação inicial e continuada, além de programas de pós-graduação *stricto e lato sensu*.

Nos seus documentos oficiais, o governo caracteriza os Institutos Federais como um grande empreendimento que enfoca as classes desprovidas e as regiões esquecidas pelo desenvolvimento, de forma que essas pessoas possam ter acesso às conquistas científicas e tecnológicas. Ao ser analisado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) de 2007, ano anterior à primeira fase da expansão dos Institutos Federais, percebe-se a grande importância dada a eles. Os Institutos Federais tornam-se sinônimo de educação de qualidade. O documento ainda acrescenta a missão institucional e os objetivos dessas novas escolas federais:

Diante dessa expansão sem precedentes [...] A missão institucional dos Institutos Federais deve, no que respeita à relação entre educação profissional e trabalho, orientar-se pelos seguintes objetivos:

- Ofertar educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo, em todos os seus níveis e modalidades, sobretudo de nível médio;
- Orientar a oferta de cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais;
- Estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.

O Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) é consequência desse Plano de Expansão da Rede Federal de Ensino, cujo objetivo geral consiste na ampliação e interiorização da rede federal, englobando institutos e universidades, a fim de democratizar e ampliar o acesso da população ao ensino técnico e superior. Especificamente, o Plano visa a possibilitar a formação de mão de obra especializada e qualificada para promover o desenvolvimento regional, servindo como instrumento de políticas sociais do governo no combate às desigualdades sociais e territoriais.

O IFNMG é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, multicâmpus e descentralizada, especializada na oferta de educação

profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica.

Surge com a relevante missão de promover uma educação pública de excelência por meio da junção indissociável entre ensino, pesquisa e extensão. Agrega pessoas, conhecimentos e tecnologias, visando a proporcionar a ampliação do desenvolvimento técnico e tecnológico da região norte-mineira.

A área de abrangência do IFNMG é constituída por 126 municípios distribuídos em 3 mesorregiões (Norte, parte do Noroeste e parte do Vale do Jequitinhonha, no Estado de Minas Gerais), ocupando uma área total de 184.557,80 Km². A população total é de 2.132.914 habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2000 (BRASIL, IBGE, 2000). Está presente nas cidades de Januária, Arinos, Almenara, Araçuaí, Pirapora, Montes Claros e Salinas, além daquelas cidades onde os câmpus se encontram em implantação: Diamantina, Teófilo Otoni e Janaúba. A maioria dos seus câmpus é recente, com exceção do câmpus Salinas que se originou da Escola Agrotécnica de Salinas e do câmpus Januária, antes CEFET de Januária.

O desafio do IFNMG é estar permanentemente conectado com as necessidades sociais e econômicas das regiões em que está presente. Na promoção do desenvolvimento, a instituição deve contribuir para atender às demandas já existentes, assim como fomentar as potencialidades que determinada região apresenta, a fim de atender às demandas futuras.

Quando se procura compreender os desafios do IFNMG, percebe-se que os institutos são instrumentos de intervenções diretas do governo com relação à educação profissional e ao desenvolvimento regional, uma vez que as estatísticas sinalizam carência de mão de obra especializada e apta a atender aos arranjos produtivos que a nova demanda apresenta. Como assinala Otranto (2010), “O Instituto Federal é, hoje, mais que um novo modelo institucional, é a expressão maior da atual política pública de educação profissional brasileira”.

1.2 Apresentação da EAD²

A Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, passa, atualmente, por grandes reestruturações que vêm sendo introduzidas no IFNMG, paulatinamente, sob o crivo da coletividade.

² Texto adaptado do projeto político-pedagógico (PPP) do IFNMG – Câmpus Montes Claros.

Nesse cenário de mudanças, considerando o contexto de globalização que envolve todos os setores da sociedade atual, principalmente, aqueles que envolvem ciência e tecnologia, e, mais especificamente, observando as necessidades do contexto local, pretende-se iniciar no IFNMG experiências inovadoras na construção do conhecimento, como a Educação a Distância (EAD).

No entanto, a educação, em uma sociedade que se destaca pela disseminação da informação em larga escala de forma veloz, é mais que treinar pessoas para o uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC); mas, sim, reconhecer as necessidades dos sujeitos que compõem essa sociedade e investir na criação de competências suficientemente amplas que lhes permitam ter uma atuação efetiva nessa sociedade, operacionalizando com fluência os novos meios e ferramentas em seu trabalho, sendo capazes de tomar decisões fundamentadas no conhecimento, bem como aplicar criatividade às novas mídias.

A EAD, quando compreendida em sua complexidade – com características que requerem disciplina e autonomia do aluno e preparação e zelo por parte de quem oferta – tem sido considerada uma das mais importantes ferramentas de difusão do conhecimento e de democratização do saber.

Atualmente, o IFNMG oferece 2 (duas) modalidades de cursos a distância: Cursos Técnicos via videoaula e Profucionários. Os cursos técnicos são cursos com encontros presenciais semanais programados nos polos de apoio presencial para realização de aulas práticas, apresentação de seminários e outras atividades afins. Nos cursos do Profucionários, oferecidos prioritariamente para funcionários de escola, os encontros presenciais são promovidos semanalmente para realização das atividades propostas pelos professores, de acordo com o projeto de cada curso.

1.2.1 Finalidades, objetivos e princípios da EAD

O trabalho educacional em EAD desenvolvido no IFNMG norteia-se pelos fins e objetivos previstos na Lei nº 11.892/2008, no seu PDI e em legislações pertinentes à educação a distância. A partir do Decreto nº 5.800/06, que instituiu o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e dispõe sobre cursos, autorização, questões orçamentárias e prioridades de oferecimento; e do Decreto nº 6.303/07 nas disposições acerca do credenciamento das instituições, pedidos de autorização e das atividades presenciais obrigatórias dos cursos na modalidade EAD; bem como das demais

legislações pertinentes, foram estruturadas as metas no conjunto da realidade institucional.

No alcance dessas metas, busca-se a realização de várias ações, tais como:

- ampliação da equipe multidisciplinar e da equipe de material didático na proporção da abertura de novos cursos, turmas ou áreas de atuação;
- manutenção de constante capacitação de toda a equipe envolvida nas ações da EAD (professores, tutores, técnicos administrativos e equipe de material didático) nas diversas demandas identificadas, tais como: planejamento, metodologia de EAD, mídias e material didático;
- avaliação, revisão e manutenção da capacitação de tutores presenciais, tutores a distância e tutores de laboratórios a cada novo curso a ser lançado ou a cada nova seleção de tutores para atender às disciplinas que serão desenvolvidas;
- incentivo à comunidade escolar para o desenvolvimento de metodologias de EAD;
- avaliação constante da metodologia empregada nos cursos que utilizam essa modalidade, a fim de buscar uma identidade educativa em EAD;
- revisão contínua da oferta de vagas, bem como do sistema de oferta dos cursos de graduação e pós-graduação, buscando parcerias e convênios nos projetos de abertura de novos cursos e áreas;
- estabelecimento de convênio com a pós-graduação para participação em grupos de pesquisa institucional e demais projetos articulados com essa diretoria, além da crescente e progressiva participação em eventos de caráter científico.

1.2.1.1 Finalidades

A EAD do IFNMG tem por finalidades:

- promover a expansão e interiorização da oferta de cursos e programas de educação profissional de nível técnico, graduação e pós-graduação na modalidade EAD;
- reduzir as desigualdades de oferta da Educação Profissional e Tecnológica nas diversas regiões do Estado (com pesquisas de demanda constantemente atualizadas) e ampliar o acesso à educação pública de qualidade;
- fomentar pesquisas relacionadas às TIC que possam contribuir para a formação de professores da educação básica e assim garantir melhorias na qualidade da educação;

- produzir e socializar conhecimentos, contribuindo com a formação de cidadãos e profissionais altamente qualificados tanto no ensino da modalidade EAD quanto, processualmente, na modalidade presencial;
- constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino a distância, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica.

1.2.1.2 Objetivos

Os objetivos da EAD do IFNMG são:

- aumentar o acesso ao conhecimento, diminuindo barreiras geográficas;
- facilitar o estudo, flexibilizando o local e o horário das aulas;
- possibilitar a aprendizagem por demanda, atendendo especificidades institucionais;
- possibilitar o ganho em escala na produção de materiais didáticos;
- aprimorar as possibilidades de desenvolvimento de material educacional por meio de equipe multidisciplinar de especialistas;
- proporcionar interatividade e *feedback* imediatos;
- formar comunidades colaborativas de aprendizagem;
- utilizar diferentes estratégias pedagógicas, atendendo a diferentes perfis e necessidades de desenvolvimento de competências;
- reduzir custos em relação a capacitações presenciais;
- auxiliar no processo de gestão do conhecimento;
- ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

1.2.1.3 Princípios

O IFNMG, em sua atuação, observa os seguintes princípios norteadores que se fazem presentes para a objetividade e eficácia de um programa de EAD:

•**Interatividade:** entre estudantes e professores, entre estudantes em equipes de trabalho, em debates sobre as videoaulas, nos debates e na preparação das atividades de aprendizagem durante as atividades supervisionadas, entre estudantes, tutores e especialistas, em fóruns de discussão, bate-papos (*chats*) programados.

•**Seletividade:** a comunicação com os estudantes, os professores-autores, regentes e tutores deve ser objetiva. Sugere-se que a seletividade não seja executada de forma fragmentada e individual pelos professores, mas que componha um todo para que os estudantes percebam as relações entre as disciplinas de uma mesma unidade temática. Além disso, esse é um princípio que exige habilidades pessoais que sejam desenvolvidas para permitirem ao estudante, mesmo que distante dos professores, dos tutores e dos colegas, praticar a seletividade no processo de educação permanente.

•**Qualidade:** implica uma inter-relação entre as necessidades, as expectativas e os interesses dos estudantes e a confiabilidade, a agilidade, a segurança e o bom atendimento da instituição. A interatividade e a seletividade podem direcionar à qualidade se organizadas, sistemicamente, levando em consideração os objetivos do curso, os participantes (professores – em seus diversos papéis - e aprendizes), a prática pedagógica prevista, os meios alocados, os suportes tecnológicos e o material didático, envolvidos em um processo avaliativo contínuo.

2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.1 Denominação do curso: Técnico de Nível Médio em Segurança do Trabalho

2.2 Eixo tecnológico: Gestão e Negócios

2.3 Carga horária total: 1.200h

2.4 Modalidade: A distância, com encontros presenciais

2.5 Forma: Concomitante/Subsequente

2.6 Ano de implantação: 1º semestre de 2015

2.7 Regime escolar: Semestral

2.8 Requisitos e forma de acesso: ter concluído ou cursar o Ensino Médio e ser selecionado em processo seletivo específico

2.9 Duração do curso: 2 anos

2.10 Prazo para integralização (tempo mínimo e máximo de integralização curricular): tempo mínimo de 2 anos (4 semestres) e tempo máximo de 4 anos (8 semestres)

2.11 Polos de oferta: Câmpus Almenara, Câmpus Araçuaí, Câmpus Arinos, Câmpus Diamantina, Câmpus Avançado Janaúba, Câmpus Januária, Câmpus Montes Claros, Câmpus Pirapora, Câmpus Teófilo Otoni e seus respectivos polos avançados.

3. JUSTIFICATIVA

O Brasil é marcado por contradições. O país abriga um dos maiores números de usuários de internet, com aproximadamente 25 milhões de brasileiros, que navegam por meio de computadores instalados em casa, nas escolas, nos escritórios, nas bibliotecas, e até em cybercafés. Por outro lado, convive com altos índices de pobreza, baixa escolaridade e exclusão social e digital.

Nesse contexto os cursos técnicos públicos na modalidade educação à distância devem proporcionar a democratização do acesso ao conhecimento. E ainda, ser bem estruturado, com uma proposta curricular adequada, democratizam o acesso ao mundo formal do trabalho.

A área técnica de segurança do trabalho engloba atividades que objetivam a manutenção da segurança dos trabalhadores nos ambientes de trabalho, identificando riscos, implantando procedimentos, aplicando normas cumprindo com suas atribuições específicas de seu cargo. As atividades inerentes à segurança do trabalho são aplicadas em qualquer atividade desenvolvida nas organizações públicas municipais, estaduais e federais, nos setores da indústria, comércio e serviços.

É público e notório o destaque dado ao Brasil no que se refere aos altos índices de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho. As estatísticas publicadas pelos órgãos governamentais, sindicatos e instituições de pesquisas comprovam essa posição desagradável que nos coloca, sistematicamente, entre os países que mais registram acidentes de trabalho no mundo, posição que poderia ser ainda pior se todos os acidentes ocorridos fossem notificados e se o universo de trabalhadores abrangidos pelas estatísticas fosse realmente o existente no país.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que anualmente ocorram 2,2 milhões de mortes decorrentes de acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho para uma população economicamente ativa de 2.837 bilhões de pessoas. De acordo com a Secretária de Políticas de Previdência Social, do Ministério da Previdência Social, em

2005 foram registrados mais de 490.000 acidentes do trabalho, aumentando em 5.6% os índices do ano anterior. Foram registradas também mais de 2.700 mortes decorrentes de infortúnios no trabalho.

Em virtude desse quadro faz-se necessário, não só a implantação de medidas de prevenção e fiscalização mais eficientes promovidas pelo governo e sindicatos, como também a existência de profissionais bem capacitados, que atuem nas empresas, seja através de um vínculo empregatício, seja através de prestação de serviços, buscando orientá-las no que se refere ao atendimento das exigências legais em relação a programas de prevenção da saúde ocupacional e de acidentes do trabalho.

Considerando a diversidade de problemas enfrentados pelos jovens que querem se capacitar, como é o caso daqueles que já trabalham em turnos móveis, ou que residem ou trabalham em locais mais distantes das instituições educacionais, que não têm recursos financeiros para transporte ou gastos com educação, entre tantos outros obstáculos à sua formação, torna-se premente a criação de um curso que ofereça a esta população a oportunidade de ter uma formação pública, gratuita e de qualidade acadêmica e socialmente referenciada.

A falta de formação reflete-se diretamente no desenvolvimento regional e na geração de emprego e renda.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

O objetivo do curso é formar profissionais Técnicos de Segurança do Trabalho para estimular a promoção da Qualidade de Vida no Trabalho, por meio da preservação da saúde dos trabalhadores e da segurança nos processos, ambientes de trabalho e meio ambiente, atendendo a demanda do mercado regional por esse tipo de profissional.

4.2 Objetivos específicos

Têm-se os seguintes objetivos específicos para este curso:

- Promover um ensino que atenda as obrigações legais e as necessidades da sociedade atual;
- Formar um profissional capaz de eliminar e/ou minimizar os agravos à saúde dos Trabalhadores;
- Promover a integração dos alunos com empresas e instituições, visando o conhecimento do mercado;

- Capacitar profissionais para promover ações e aplicar medidas preventivas, buscando eliminar riscos à saúde do trabalhador, evitar acidentes de trabalho e doenças profissionais;
- Incentivar o desenvolvimento de ações e programas específicos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida do trabalhador brasileiro e propiciar a diminuição do custo social decorrente dos infortúnios laborais;
- Promover a aplicação dos princípios de ergonomia na realização do trabalho;
- Viabilizar a promoção da saúde e proteção da integridade do trabalhador, por meio de medidas técnico-prevencionistas, respeitando o meio ambiente;
- Analisar e estabelecer critérios na escolha de equipamentos de proteção coletiva e individual.

5 PERFIL PROFISSIONAL DOS EGRESSOS

O profissional formado no curso Técnico em Segurança do Trabalho será habilitado para atuar nas empresas públicas ou privadas elaborando, participando e implantando a política de Segurança e Saúde do Trabalhador. Poderá participar ativamente na realização de auditorias, acompanhamento e avaliação nos ambientes de trabalho, identificando variáveis de controle de doenças, acidentes, qualidade de vida e meio ambiente, assim como participar de investigações e perícias de acidentes ocorridos. Poderá desenvolver ações educativas na área de saúde e segurança do trabalhador, participar da adoção de tecnologias e processos de trabalho e gerenciar as documentações inerentes à área de atuação.

O Técnico em Segurança do Trabalho deverá possuir as seguintes competências:

- Conhecer os fundamentos de prevenção à saúde;
- Avaliar os riscos profissionais a que estão expostos os trabalhadores e as formas de prevenção de acidentes de trabalho;
- Reconhecer fatores de riscos ambientais;
- Aplicar princípios ergonômicos na realização do trabalho;
- Analisar e estabelecer critérios para escolha de equipamentos de proteção individual e coletiva;
- Conhecer a organização da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes);
- Identificar medidas de segurança no armazenamento, transporte e manuseio de produtos;
- Conhecer e interpretar a legislação e normas técnicas de segurança do trabalho;

- Desenvolver procedimentos técnicos voltados para a elevação do nível de qualidade de vida do trabalhador;
- Operar instrumentos de avaliação ambiental;
- Interpretar e executar as Normas Regulamentadoras de Medicina e Segurança do Trabalho;
- Aplicar normas de biossegurança;
- Aplicar princípios e normas de higiene e saúde pessoal e ambiental;
- Identificar e aplicar princípios e normas de conservação de recursos não-renováveis e de preservação do meio ambiente;
- Aplicar princípios ergonômicos na realização do trabalho;
- Realizar primeiros socorros em situações de emergência;
- Elaborar planos, instrumentos de avaliação, programas de segurança, normas e regulamentos internos.

O Técnico de Segurança do Trabalho atua em órgãos oficiais ou nas empresas públicas ou privadas dos mais diversos ramos, seja na indústria, no comércio ou no setor de serviços, de pequeno, médio ou grande porte, integrando os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), regidos pela Norma Regulamentadora nº 4 (NR 4) do Ministério do Trabalho. Atua também, como prestador de serviços exercendo atividades de consultoria externa nas empresas que não necessitam manter esse profissional nos seus quadros de empregados.

6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

6.1 Orientações metodológicas

Uma proposta curricular enxuta, porém completa, facilita o aluno a visualizar a terminalidade do curso e sua posterior inserção no mercado de trabalho, agora qualificado. Proposta que privilegia a atitude colaboracionista como princípio educativo; a articulação entre teoria e prática no percurso curricular; o planejamento de ações pedagógicas e tecnológicas, considerando as necessidades de aprendizagem e o perfil cultural dos alunos; o acompanhamento tutorial, sendo os tutores orientados e supervisionados pela Coordenação de Tutoria, com participação dos docentes responsáveis pelas disciplinas.

No que tange a organização curricular os seguintes aspectos serão, também, considerados: a apresentação do núcleo básico de conteúdos propostos pelas Diretrizes Curriculares; a motivação do estudante para com o objeto da sua profissão. Esses aspectos serão desenvolvidos de modo que o curso garanta aos seus egressos uma formação sólida e adequada para as necessidades de um profissional em segurança no trabalho, sem os riscos de fomentar a evasão prematura do curso.

O Curso Técnico em Segurança do Trabalho do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais procura articular trabalho, cultura, ciência, tecnologia e tempo, visando o acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos, produzidos historicamente. Assim, este curso, possibilita uma nova forma de atendimento, em que o educando possa compreender o mundo compreender-se no mundo e nele atuar na busca de melhoria da qualidade de vida.

Esse curso deve contemplar a elevação da escolaridade com a profissionalização para um contingente de cidadãos cerceados do direito de concluir a educação básica e acesso a uma formação profissional de qualidade, levando em conta que cada educando tem uma experiência de vida acumulada de acordo com a sua realidade vivida.

Dessa forma, o curso propõe um currículo que assegure o acesso, a permanência e o êxito do profissional formado não apenas no curso em si, mas também no setor formal, público ou privado, ou como profissional autônomo. Para isso, o curso será composto por momentos a distância e por momentos presenciais.

Nos momentos presenciais a duração do módulo/aula será de **50 minutos**. O conteúdo de cada módulo será organizado e agrupado em áreas que apresentam aspectos comuns em termos de bases científicas, tecnológicas e instrumentais, visando à constituição e desenvolvimento de conjuntos de competências, identificadas a partir das Matrizes de Referência que atendem ao perfil de conclusão definido para o técnico.

Considerar-se-ão ainda as questões pertinentes a esta modalidade de ensino, como:

- Orientação tutorial presencial nos polos regionais, consciente e atuante que proporcione ao cursista a aprendizagem e motivação necessária para o bom andamento do curso;
- Orientação tutorial a distância;
- Desenvolvimento de um processo avaliativo que procure contemplar as dimensões diagnóstica, somativa e formativa;
- Estudo individual e em grupo orientado pelos cadernos didáticos e atividades;
- Formulação de guias ou manuais norteadores do trabalho docente e discente;
- Elaboração ou adaptação de material didático lúdico, contextualizado, com textos e atividades coerentes com o desenvolvimento metodológico dos cursos;

- Prática da interdisciplinaridade entre conteúdos do curso e conteúdos do ensino médio, especialmente para os casos em que o cursista esteja cursando esta etapa da educação básica; e ação-reflexão-ação durante o desenvolvimento do curso;

- Socialização das experiências e conteúdos trabalhados, por meio de momentos presenciais, atividades práticas e/ou de campo, trabalhos em grupo, fóruns virtuais de discussão, seminários, dentre outros;

- Corpo docente composto por professores e técnicos do IFNMG e professores convidados, qualificados para o exercício do magistério nas modalidades de Educação à Distância e suas tecnologias.

- Utilização de ferramentas tecnológicas adequadas ao processo de educação à distância.

Apesar da ausência de obrigatoriedade do estágio supervisionado na legislação, exceto para os cursos cuja natureza o exijam, acredita-se que a prática profissional deve permear todo o processo educativo e deve interagir com a teoria, acontecendo em sala de aula, sala ambiente em relação direta professor/aluno.

6.1.1 Material didático do curso

O material didático a ser utilizado no curso será impresso a partir de materiais já existente no Portal da Rede e-Tec ou elaborados para atender à especificidade de cada curso na região. Em caso de necessidade de elaboração ou adaptação do material didático, este seguirá as orientações da SETEC/MEC, para que o processo educacional atinja seus objetivos. Seu conteúdo e formatação serão específicos e na linguagem da EAD, relacionando teoria e prática de maneira integrada à plataforma *Moodle* e atenderá a dois formatos: versões impressa e eletrônica.

6.1.2 Metodologia de organização dos módulos

6.1.2.1 Módulo introdutório

O módulo introdutório é destinado à preparação dos cursistas para o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), por meio da disciplina Ambiente Virtual de Aprendizagem e Informática Básica. Além da introdução ao ambiente virtual, propõem-se aulas de Português Instrumental, Inglês Instrumental e Matemática Básica para que os cursistas tenham a oportunidade de discutir e argumentar sobre as proposições no ambiente virtual, assim como entender a proposta do curso, responder às atividades com coerência,

melhorar a qualidade da sua leitura e escrita e nivelar seus conhecimentos matemáticos para a progressão dos estudos nos módulos seguintes, conforme necessidade do curso.

6.1.2.2 Estudos individuais

Os estudos individuais destinam-se ao desenvolvimento de habilidades de gestão e organização do tempo de estudo e à autonomia no processo de aprendizagem, através da leitura dos cadernos didáticos e realização de atividades específicas. Essas atividades constarão nos cadernos dos módulos ou serão propostas pelo professor formador da disciplina, sob a forma de textos e exercícios individuais, para desenvolvimento, aplicação e problematização das questões conceituais e da prática profissional. Elas deverão ser postadas periodicamente no AVA pelos professores formadores, sob a supervisão dos tutores presenciais e a distância.

6.1.2.3 Grupos de trabalho

Os grupos de trabalho constituem-se de grupos de cursistas que se reunirão periodicamente para realização das atividades coletivas autoinstrucionais previstas no caderno de estudos e/ou sugeridas pelo professor no decorrer do curso. Esses grupos serão formados levando-se em consideração o local de residência dos cursistas e as possibilidades de encontros presenciais para realização das atividades. Os grupos de trabalho possuem como principal objetivo o desenvolvimento de competências profissionais, vinculadas à capacidade de construir relações e compartilhar as práticas de formação, favorecendo a problematização, a troca de ideias e a construção da prática coletiva. Caberá ao próprio grupo organizar o calendário para realização de seus encontros, contando, para isso, com a orientação e colaboração do tutor presencial.

6.1.2.4 Encontros presenciais

Os encontros presenciais são realizados em quatro etapas para estudos e duas, para avaliação. Eles constituirão o principal momento para socialização das atividades. Sua finalidade é propiciar a troca de experiências entre cursistas, apresentar a disciplina, introduzir novas atividades e dar orientações gerais, avaliar resultados, sanar dúvidas e dificuldades. As aulas expositivas, sempre de responsabilidade do professor formador, serão ofertadas por meio de videoaulas com duração de 50 minutos, tendo dois intervalos

para a realização das atividades propostas pelo professor formador. O tutor presencial será responsável por coordenar e avaliar a realização dessas atividades. Haverá, também, momentos presenciais para os cursistas realizarem as avaliações referentes aos conteúdos trabalhados na disciplina. Esses momentos presenciais serão organizados pelos coordenadores de curso e coordenadores de polo.

Apresentação dos momentos presenciais e a distância

Evento	Objetivo	Responsável
Momento presencial de estudo	Apresentar 2 (duas) videoaulas de 50 minutos, contemplando, cada uma, 5 (cinco) unidades do caderno didático da disciplina especificada no calendário escolar. Ao término de cada videoaula, serão propostas atividades práticas de 20 minutos cada (um total de 40 minutos de atividades).	Professor formador, coordenador de curso, coordenador de polo e tutor presencial.
Estudo no AVA	Discutir os temas propostos pelo professor formador, buscando a construção colaborativa de conhecimentos.	Professor formador, coordenador de tutoria, tutor a distância e tutor presencial.
Momento presencial de estudo	Apresentar 2 (duas) videoaulas de 50 minutos, contemplando, cada uma, 5 (cinco) unidades do caderno didático da disciplina especificada no calendário escolar. Ao término de cada videoaula, serão propostas atividades práticas de 20 minutos cada (um total de 40 minutos de atividades).	Professor formador, coordenador de curso, coordenador de polo e tutor presencial.
Seminário de Consolidação de Estudos/Aulas Práticas	Realizar seminários e/ou aulas práticas, conforme a exigência de cada disciplina, visando à consolidação dos conhecimentos construídos.	Professor formador, coordenador de curso, coordenador de polo e tutor presencial.

Revisão da disciplina/atividades práticas	Revisar o conteúdo através de resumo da disciplina e atividades práticas planejadas e propostas pelo professor formador.	Professor formador, coordenador de curso, coordenador de polo e tutor presencial.
Avaliação <i>online</i>	Verificar os conhecimentos construídos ao longo do estudo das disciplinas que compõem o módulo (sempre em grupos de três disciplinas), através de instrumento <i>online</i> , no qual o aluno terá 50 minutos para resolver 10 questões objetivas de cada disciplina.	Professor formador, coordenador de tutoria, coordenador de polo, tutor a distância e tutor presencial.
Avaliação presencial	Verificar os conhecimentos construídos ao longo do estudo das disciplinas que compõem o módulo (sempre em grupos de três disciplinas).	Professor formador, coordenador de tutoria, coordenador de polo e tutor presencial.
Autoavaliação	Refletir sobre a própria aprendizagem, visando a melhorias.	Professor formador e aluno.

6.2. Estrutura curricular do curso

6.2.1 Matriz curricular

Módulo	Disciplina	CH (horas)
I	Ambiente Virtual de Aprendizagem e Informática Básica	20
	Prática Profissional	60
	Introdução a Segurança do Trabalho	45
	Controle de Qualidade Total	45
	Indústria da Construção Civil	45
	Gestão da Segurança do Trabalho	45
Total de Horas do Semestre		260
II	Educação para segurança no trabalho	45
	Princípios de tecnologia industrial	45
	Conservação ambiental	45
	Controle de riscos e sinistros	45
	Psicologia do trabalho	45
	Segurança agrícola e rural	45
	Prática Profissional	60
Total de Horas do Semestre		330
	Prática Profissional	60

III	Responsabilidade civil e criminal	45
	Segurança na eletrotécnica	45
	Higiene no trabalho	40
	Análise de riscos	40
	Ergonomia	40
	Medicina do trabalho e primeiros socorros	40
Total de Horas do Semestre		330
IV	Ética e cidadania	40
	EPI e EPC	40
	Toxicologia	40
	Direito do trabalho	40
	Epidemiologia em segurança do trabalho	40
	Práticas em saúde e segurança do trabalho	40
	Prática Profissional	60
Total de Horas do Semestre		300
TOTAL DE HORAS		1.200 h

6.2.2 Ementário por disciplina

MÓDULO I

Disciplina: Ambiente virtual de aprendizagem e Informática Básica	
EMENTA:	
Educação à distância. Ambiente virtual de aprendizagem. Evolução da informática. Componentes de um sistema computacional. Componentes básicos de hardware. Processadores eletrônicos de texto. Formatação e impressão de documentos de texto. Planilhas eletrônicas. Formatação e impressão de planilhas eletrônicas. Softwares para apresentações eletrônicas. Princípios da interatividade.	
Bibliografia Básica	
CAPRON, H.L., JOHNSON, J.A.; Introdução à Informática. São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2004.	
MARILYN M.; ROBERTA B. & PFAFFENBERGER, B., Nosso Futuro e o Computador. 3ª ed. Bookman, 2000.	
MINK, Carlos, Microsoft Office 2000. Editora Makron Books Ltda, 1999.	
WHITE, R., Como Funciona o Computador, 8ª ed. Editora QUARK, 1998.	
Bibliografia complementar	
ABRANET. Ambiente Brasileiro de Aprendizagem via Internet. Em aberto, 2003.	
ALMEIDA, M. E. B. de. Educação à distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem. Educação e Pesquisa, São Paulo: USP, v. 29, n. 2, p.327-340, 2003.	
ALMEIDA, M. P. de. Curso de Formação de Tutores em EAD para Atuação na Área de	

Gestão Educacional: Desenhos Curriculares. 2006. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Bahia, 2006.

ALMEIDA, P.; GARBULHA, A.; ATTA, C. Modelo de design instrucional para disciplinas de graduação na modalidade semipresencial: a experiência do IESB. In: Congresso Internacional de Educação à Distância, 12., 2005. Florianópolis. 2005. Disponível em: <www.abed.org.br>. Acesso em: 19 out. 2005.

ALVES, L. Um olhar pedagógico das interfaces do Moodle. In: ALVES, L.; BARROS, D.; OKADA, A. (Org.). Moodle: estratégias pedagógicas e estudos de caso. Salvador: Eduneb, 2009. p.185-201.

Disciplina: Introdução a Segurança do Trabalho	
Ementa:	
Normas de Saúde e Segurança do Trabalho. Aspectos legais da sua profissão. Setores de produção.	
Bibliografia Básica:	
Manuais de Legislação Atlas. Segurança e Medicina do Trabalho. 67 ed. São Paulo: Atlas, 2011.	
OLIVEIRA, Cláudio Antônio Dias de et al. Manual prático de saúde e segurança do trabalho. São Caetano do sul, SP: Yendis Editora, 2009.	
ZOCCHIO, A. Prática da prevenção de acidentes: ABC Segurança do trabalho. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2002.	
Bibliografia Complementar:	
COSTA, Armando Casimiro; FERRARI Irany; MARTINS, Melchíades Rodrigues. CLTLTR 2011. 38 ed. São Paulo: LTR, 2011.	
GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Acidentes de Trabalho: Doenças Ocupacionais e Nexo Técnico Epidemiológico. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2010.	
SALIBA, Tuffi Messias; PAGANO, Sofia C. Reis Saliba. Legislação de Segurança, Acidente do Trabalho e Saúde do Trabalhador. 7 ed. São Paulo: LTR, 2010.	
Disciplina: Controle de Qualidade Total	
Ementa:	
Evolução histórica do conceito de qualidade. Qualidade no Brasil e no mundo. Ferramentas da qualidade. Normas e certificações. Prêmio Nacional da Qualidade.	
Bibliografia Básica:	

BRAVO, I.; Gestão de qualidade em tempos de mudanças. Campinas: Alínea, 2003.

CARVALHO, P. C. O Programa 5 S e a Qualidade Total. 4.ed. São Paulo:Alínea, 2006.

OAKLAND, J. S.; Gerenciamento da Qualidade Total. São Paulo: Livraria Nobel, 1994.

Bibliografia Complementar:

BRAVO, I.; NBR ISO 9.001: Sistemas de gestão da qualidade – modelo para garantia da qualidade em projeto, desenvolvimento, produção, instalação e assistência técnica. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2000.

CHIAVENATO, I., Introdução á Teoria Geral da Administração – 7 ed. rev. e atual. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

OLIVEIRA, Djalma P. R.; Excelência na administração estratégica: a competitividade para administrar o futuro das empresas. 4 ed. revisada. São Paulo: Atlas, 1999.

Disciplina: Indústria da Construção Civil

Ementa:

Normas Regulamentadoras. Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção Civil.

Bibliografia Básica:

Manuais de Legislação Atlas. Segurança e Medicina do Trabalho. 67 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SAMPAIO, J. C. de A. S. Programa de condições e meio ambiente do trabalho na indústria da construção. São Paulo: Editora Pini, 1998.

TEIXEIRA, Pedro Luiz Lourenço. Segurança do trabalho na construção civil: do projeto à execução final. Editora Navegar, 2009.

Bibliografia Complementar:

Recomendação Técnica de Procedimentos: Instalações elétricas temporárias em canteiros de obras. Ministério do Trabalho e Emprego: Fundacentro, 2007.

Recomendação Técnica de Procedimentos: Medidas de Proteção contra queda e altura. Ministério do Trabalho e Emprego: Fundacentro, 2001.

Recomendação Técnica de Procedimentos: Movimentação e transporte de materiais e pessoas- elevadores de obra. Ministério do Trabalho e Emprego: Fundacentro, 2001.

Disciplina: Gestão da Segurança do Trabalho

Ementa:

Conceitos e princípios de administração. Estruturas organizacionais. Política e programa

de Segurança do Trabalho. Organização dos serviços especializados em Segurança do Trabalho. O Inter-relacionamento da Segurança com as demais áreas da empresa. Natureza dos riscos empresariais. Normas técnicas.

Bibliografia Básica:

ARAUJO, G. M. de. Sistema de gestão de segurança e saúde ocupacional OHSAS 18.001 e ISM CODE comentados. Rio de Janeiro, GVC Editora, 2005.

CICCO, F. de. A norma BS 8800 – guia para sistemas de gestão da segurança e saúde no trabalho. São Paulo: Editora Risk Tecnologia, 1996.

PACHECO, Waldemar Jr. Qualidade na segurança e higiene do trabalho: série SHT 9000, normas para gestão da segurança e higiene do trabalho. São Paulo: Atlas, 1995.

Bibliografia Complementar:

Manuais de Legislação Atlas. Segurança e Medicina do Trabalho. 67 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ABNT NBR ISO 31.000: Gestão de Riscos – Princípios e Diretrizes. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2009.

_. Sistemas de gestão de saúde ocupacional e segurança: diretrizes para implementação da especificação. Londres: OHSAS 18002/18001, 1999.

Disciplina: Educação para Segurança no Trabalho

Ementa:

Legislação e Normas de Direito do Trabalho e Previdenciário. Legislação e Normas aplicadas à Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho. Proteção da Mulher e do Menor. Acidente do Trabalho. Causas dos Acidentes do Trabalho. Formas de prevenção de Acidentes do Trabalho. EPI e EPC. Inspeção de Segurança. Fiscalização do Trabalho.

Bibliografia Básica:

Manuais de Legislação Atlas. Segurança e Medicina do Trabalho. 67 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, Sergio Pinto. Direito do Trabalho. 21 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente; BARRETO, Gláucia. Curso de Direito do Trabalho. 7 ed. Niterói: Impetus, 2005.

Bibliografia Complementar:

DINIZ, Ana Paola Santos Machado. Saúde no Trabalho: Prevenção, Dano e Reparação. São Paulo: LTr, 2003.

SÜSSEKIND, Arnaldo et al. Instituições de Direito do Trabalho. V. I, 22 ed. São Paulo: LTr, 2005.

SÜSSEKIND, Arnaldo et al. Instituições de Direito do Trabalho. V. II, 22 ed. São Paulo: LTr, 2005.

Disciplina: Princípios de Tecnologia Industrial

Ementa:

Máquinas e equipamentos: medidas de prevenção e inspeção, classificações: tipos e características. Dispositivos de segurança. Caldeiras e vasos de pressão. Segurança em processos de fabricação e conformação mecânica.

Bibliografia Básica:

Manuais de Legislação Atlas. Segurança e Medicina do Trabalho. 67 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ZOCCHIO, Álvaro; PEDRO, Luiz Carlos Ferreira Pedro. Segurança em trabalhos com maquinaria. LTR, 2002.

ZOCCHIO, Álvaro. Segurança e Medicina do Trabalho. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Bibliografia Complementar:

CAMPOS, A.; TAVARES, J.; LIMA, V. Prevenção e controle de riscos em máquinas, equipamentos e instalações. São Paulo: Editora Senac, 2006.

NR-13: Manual técnico de caldeiras e vasos de pressão. – Edição comemorativa 10 anos da NR-13. – 1. reimpressão. – Brasília: MTE, SIT, DSST, 2006.

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Site: www.abnt.org.br

Disciplina: Conservação Ambiental

Ementa:

Conceituação e importância do meio ambiente. Sistemática a seguir na preparação de um estudo da proteção do meio ambiente. Preservação ambiental. Qualidade do ar, da água e do solo. Classificação e destinação de resíduos industriais. Aspectos legais, institucionais e órgãos regulamentadores.

Bibliografia Básica:

BARBOSA FILHO, Antonio Nunes. Segurança do trabalho & Gestão Ambiental. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gina Collet. Curso de Gestão Ambiental. São Paulo: Manole, 2004.

TACHIZAWA, Takeshy. Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar:

. NBR ISO 10.004: Resíduos Sólidos - Classificação. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2004.

. NBR ISO 14.001: Sistemas de gestão ambiental – especificação e diretrizes para uso. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2004.

CONAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Legislações. Site: <http://www.mma.gov.br/port/conama/index.cfm>.

Disciplina: Controle de Riscos e Sinistros**Ementa:**

Importância de análise dos processos industriais sob o ponto de vista do incêndio. Tipologias de incêndio. Agentes extintores. Sistemas de alarme e detecção. Sistemas fixos e equipamentos móveis de combate a incêndio. Forma de utilização dos principais equipamentos contra incêndios. Segurança contra incêndio e brigadas. Legislação.

Bibliografia Básica:

Manuais de Legislação Atlas. Segurança e Medicina do Trabalho. 67 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PEREIRA, Áderson Guimarães. Segurança contra incêndios. São Paulo: LTR, 2009.

CAMILLO JUNIOR, Abel Batista. Manual de Prevenção e Combate à Incêndios. 6 ed. São Paulo: Editora Senac, 2006.

Bibliografia Complementar:

NBR 14.276: Programa de brigada de incêndio. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2006.

ESTADO DO PARANÁ. Polícia Militar do Paraná. Corpo de Bombeiros do Paraná. Código de Prevenção de Incêndios. 3 ed. 2001.

PEREIRA, Áderson Guimarães; POPOVIC, Raphael Rodriguez. Tecnologia em Segurança Contra Incêndio. São Paulo: LTR, 2007.

Disciplina: Psicologia do Trabalho**Ementa:**

Conceituação e importância da psicologia no trabalho. Sistemática a seguir na preparação do trabalho dentro da empresa. Qualidade de vida no ambiente de trabalho. Aspectos do trabalho nas várias funções estabelecidas no ambiente organizacional.

Bibliografia Básica:

FRANÇA, A. C. L.; RODRIGUES, A. L. Stress e trabalho: uma abordagem psicossomática. São Paulo: Atlas, 1999.

JACQUES, M. das G.; CODO, W. Saúde mental e trabalho: leituras. Petrópolis:

Vozes, 2002.

ROSSI, A. M.; PERREWÉ, P. L.; SAUTER, S. L. Stress e qualidade de vida no trabalho: perspectivas atuais da saúde ocupacional. São Paulo: Atlas, 2005.

Bibliografia Complementar:

BERGAMINI, C. Psicologia aplicada à Administração de Empresas. São Paulo: Atlas, 1999.

DEJOURS, C. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

MOTA, Míriam Cristina Zaidan. Psicologia Aplicada em Segurança do Trabalho: destaque aos aspectos comportamentais e trabalho em equipe da NR-10. 2 ed. São Paulo: LTR, 2010.

Disciplina: **Segurança Agrícola e Rural**

Ementa:

Risco na manipulação e aplicação de defensivos agrícolas. Segurança no transporte e armazenagem dos produtos agropecuários. Segurança na manipulação dos produtos agropecuários. Riscos no emprego de máquinas, implementos e ferramentas agrícolas. Animais peçonhentos.

Bibliografia Básica:

Manuais de Legislação Atlas. Segurança e Medicina do Trabalho. 67 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARANO, V. P. A segurança, a medicina e o meio ambiente do trabalho nas atividades rurais. São Paulo: LTR Editora, 2006.

MARANO, V. P. Segurança e Medicina do Trabalho. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Bibliografia Complementar:

COUTO, José Luiz Viana do. Riscos de Acidentes na Zona Rural. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Site: <http://www.ufrj.br/institutos/it/de/acidentes/acidentes.htm>

COUTO, José Luiz Viana do. Prevenção de acidentes com animais peçonhentos. Ministério do Trabalho e Emprego: Fundacentro, 2001.

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Site: www.abnt.org.br.

Disciplina: **Responsabilidade Civil e Criminal**

Ementa:

Responsabilidade Profissional, Trabalhista, Civil e Criminal: A Co-responsabilidade. A reparação do dano. Assédio Sexual e Assédio Moral. Responsabilidade Social da

Empresa.

Bibliografia Básica:

DINIZ, Ana Paola Santos Machado. Saúde no Trabalho: Prevenção, Dano e Reparação. São Paulo: LTr, 2003.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil. São Paulo: Saraiva, 2008.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Código Penal Interpretado. São Paulo: Atlas, 2003.

Bibliografia Complementar:

CORTEZ, Julpiano Chaves. Responsabilidade Civil do Empregador no Acidente do Trabalho: Cálculos. São Paulo: LTr, 2009.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho. São Paulo: Atlas, 2004.

TEIXEIRA, João Luís Vieira. O Assédio Moral no Trabalho. Conceito, causas e efeitos, liderança versus assédio, valoração do dano e sua prevenção. São Paulo: LTr, 2009.

Disciplina: Segurança na Eletrotécnica

Ementa:

Riscos com energia elétrica. Medidas de prevenção. Estudos de normas vigentes. Sinalização.

Bibliografia Básica:

Manuais de Legislação Atlas. Segurança e Medicina do Trabalho. 67 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FERREIRA, V. L. Segurança em eletricidade: trabalhar com segurança é essencial. São Paulo: LTR Editora, 2005.

SOUZA, João José Barrico; PEREIRA, Joaquim Gomes. Manual de Auxílio na Interpretação e Aplicação da nova NR-10. São Paulo: LTR, 2005.

Bibliografia Complementar:

ABNT NBR 5410: Instalações elétricas de baixa tensão. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2008.

ABNT NBR 14039: Instalações elétricas de média tensão de 1,0 kV a 36,2 kV. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2005.

ABNT NBR 5419: Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2005.

Disciplina: Higiene no Trabalho	
Ementa:	
Agentes: físicos, químicos e biológicos, e seus fatores de riscos ambientais. Medição e instrumentação. Controle de contaminantes no ambiente de trabalho. Ventilação do local de trabalho; Avaliação de sistemas de ventilação. Programa de proteção respiratória, auditiva e outras.	
Bibliografia Básica:	
Manuais de Legislação Atlas. Segurança e Medicina do Trabalho. 67 ed. São Paulo: Atlas, 2011.	
CORREA, Marcia Angelim Chaves; SALIBA, Tuffi Messias. Insalubridade e Periculosidade: Aspectos Técnicos e Práticos. 10 ed. LTR, 2011.	
SALIBA, T.; CORRÊA, M.; AMARAL, L.; RIANI, R. Higiene do trabalho e programa de prevenção de riscos ambientais – PPRA. São Paulo: LTR Editora, 1997.	
Bibliografia Complementar:	
BREVIGLIERO, Ezio; POSSEBON, José; SPINNELI, Robson. Higiene Ocupacional: Agentes Biológicos, Químicos e Físicos. São Paulo: Editora Senac, 2006.	
Normas de higiene ocupacional – NHOs de 01 a 07. Ministério do Trabalho e Emprego: Fundacentro, 1999 a 2002.	
Programa de Proteção Respiratória. Seleção e uso de respiradores. Ministério do Trabalho e Emprego: Fundacentro, 2002.	

Disciplina: Análise de Riscos	
Ementa:	
Inspeções em áreas de riscos as NR: 10, 13, 18, 33 e áreas classificadas. Análise e Avaliação de Risco. Laudos e Perícias.	
Bibliografia Básica:	
Manuais de Legislação Atlas. Segurança e Medicina do Trabalho. 67 ed. São Paulo: A Atlas, 2011.	
NETO, Antônio Buono; BUONO, Elaine Arbex. Manual prático para elaboração de laudos periciais em Medicina do Trabalho. São Paulo: LTR, 2002.	
NETO, Antônio Buono; BUONO, Elaine Arbex. Tecnologias Consagradas de Gestão de Riscos. Reimpressão da coletânea "Técnicas Modernas de Gerência de Riscos" e do livro "Introdução à Engenharia de Segurança de Sistemas", de autoria de Francesco De Cicco e Mario Luiz Fantazzini. Série Risk Management. 2 ed. 2003.	
Bibliografia Complementar:	
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Site: www.abnt.org.br	

FUNDACENTRO. Portal da Saúde e Segurança do Trabalhador. Site: www.fundacentro.gov.br

FUNDACENTRO. Segurança e Medicina do Trabalho. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Disciplina: Ergonomia

Ementa:

Conceituação. Noções de fisiologia do trabalho. Idade, fadiga, vigilância e acidente. Aplicações de força. Aspectos antropométricos. Dimensionamento de postos de trabalho.

Bibliografia Básica:

IIDA, I. Ergonomia: projeto e produção. São Paulo: Edgar Blücher, 2005.

Manuais de Legislação Atlas. Segurança e Medicina do Trabalho. 67 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

RIO, R. P.; PIRES, L. Ergonomia: fundamentos da prática ergonômica. São Paulo: Ltr, 2001.

Bibliografia Complementar:

COUTO, H. de A. Ergonomia aplicada ao trabalho: o manual técnico da máquina humana. Belo Horizonte: Ergo Editora, 1996. (vol I e II).

FALZON, P. Ergonomia. São Paulo: Editora Blucher, 2007.

KROEMER, K. H. E.; GRANDJEAN, E. Manual de ergonomia: adaptando o trabalho ao homem. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.

Disciplina: Medicina do Trabalho e Primeiros Socorros

Ementa:

Primeiros socorros, medidas de segurança e seus aspectos legais. Condutas adequadas a cada acidente: estado de choque, vertigens, desmaios, convulsões, hemorragias, ferimentos, fraturas, luxações, entorses, queimaduras, ressuscitação cardiopulmonar, corpos estranhos, intoxicação ou envenenamento, acidente com animais raivosos ou peçonhentos e afogamentos. Prevenção e controle de doenças.

Bibliografia Básica:

KAWAMOTO, Emilia Emi. Acidentes: como socorrer e prevenir. São Paulo: E.P.U., 2002.

MALVESTIO, M. A. Primeiros socorros. São Paulo: Editora Senac, 2006.

MICHEL, Oswaldo. Guia de Primeiros Socorros: para cipeiros e serviços especializados em medicina, engenharia e segurança do trabalho. LTR, 2003.

Bibliografia Complementar:

BARTMANN, Mercilda; BRUNO, Paulo; SILVEIRA, José Marcio da Silva. Primeiros Socorros – Como agir em situações de emergência. São Paulo: Senac, 2006.

BRASIL, Ministério da Saúde. Profissionalização de Auxiliares de Saúde: Atendimento de Emergência. 2 ed. Brasília, DF. MS. 2003.

NASI, Luiz Antônio. Rotinas em Pronto-Socorro: Tratamento do Queimado. Porto Alegre, RS: Artes Médicas. 1994.

Disciplina: Ética e Cidadania**Ementa:**

Relação entre ética e cidadania. Ética e moral. Ética e globalização. Ética e mundo do trabalho. Ética e democracia. Sistema público de segurança do Brasil. Valores morais e relações humanas: preconceito, discriminação, intolerância e valorização da alteridade.

Bibliografia Básica:

CAMARGO, Marculino. Fundamentos de ética geral e profissional. 6 ed. Editora Vozes, 2001.

PASSOS, Elizete. A ética nas organizações. São Paulo: Atlas, 2004.

SROUR, Robert Henry. Ética empresarial. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000

Bibliografia Complementar:

Código de Ética Profissional do Técnico de Segurança do Trabalho. GURGEL, Yara Maria Pereira. Direitos Humanos, princípios de igualdade e não discriminação: sua aplicação às relações de trabalho. São Paulo: LTR, 2010.

PEREIRA, Môsiris Roberto Giovanini. História Ocupacional: uma construção sociotécnica e ética. São Paulo: LTR, 2005.

Disciplina: Equipamento de Proteção Individual e Equipamento de Proteção Coletiva**Ementa:**

Tipo, uso, legislação pertinente. Inspeção em equipamentos de proteção individual e coletiva.

Bibliografia Básica:

COSTA, Armando Casimiro; FERRARI Irany; MARTINS, Melchíades Rodrigues. CLT-LTR 2011. 38 ed. São Paulo: LTR, 2011.

Manuais de Legislação Atlas. Segurança e Medicina do Trabalho. 67 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Manuais de Legislação Atlas. Segurança e Medicina do Trabalho. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Bibliografia Complementar:

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Site: www.abnt.org.br

INMETRO. Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial. www.inmetro.gov.br

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Inspeção do Trabalho. Segurança e Saúde no trabalho. Site: http://www.mte.gov.br/seg_sau/default.asp.

Disciplina: Toxicologia

Ementa:

Contaminantes e seus limites de tolerância. Limites de ação. Doenças crônicas. Estudos de caso.

Bibliografia Básica:

Manuais de Legislação Atlas. Segurança e Medicina do Trabalho. 67 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BELLUSCI, Silvia Meirelles. Doenças profissionais ou do trabalho. São Paulo: Editora Senac, 2006.

MICHEL, Oswaldo da Rocha. Toxicologia Ocupacional. Rio de Janeiro: Revintel, 2000.

MICHEL, Oswaldo da Rocha. Segurança e Medicina do Trabalho. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Bibliografia Complementar:

FUNDACENTRO. Portal da Saúde e Segurança do Trabalhador. Site: www.fundacentro.gov.br

OGA, CAMARGO; BATISTUZZO. Fundamentos de Toxicologia. Editora: ATHENEU. 3 edição. 2008.

OGA, CAMARGO; BATISTUZZO. Segurança e Medicina do Trabalho. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Disciplina: Direito do Trabalho

Ementa:

Direito do Trabalho. Constituição e a Consolidação das Leis do Trabalho. Contrato de trabalho e Relações do Trabalho. Direitos Trabalhistas. Direito coletivo de trabalho.

Bibliografia Básica:

BARROS, Alice Monteiro de. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 2006.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho. São Paulo: Atlas, 2004.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 2004.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. Direito do Trabalho e Pós Modernidade. São Paulo: LTr, 2005.

JORGE NETO, Francisco Ferreira; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. Direito do Trabalho. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2005.

VIANNA, Segadas. Antecedentes Históricos. In: SÜSSEKIND, Arnaldo et al. Instituições de Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 2003.

Disciplina: Epidemiologia em Segurança do Trabalho	
Ementa:	
Estatística aplicada. Coeficientes de gravidade, frequência, morbidade e mortalidade. Estatísticas acidentárias no Brasil. Custeio acidentário. Estudos de caso.	
Bibliografia Básica:	
PEREIRA, M.G. Epidemiologia: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995.	
ROUQUAYROL Z. M; ALMEIDA FILHO, N. Epidemiologia e Saúde. 6 ed. Guanabara Koogan, 2009.	
ALBUQUERQUE, Paulo Rogério. FAP/NTEP - Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário. Fator Acidentário de Prevenção: um novo olhar sob a saúde do trabalhador. São Paulo: LTR, 2010.	
Bibliografia Complementar:	
ABNT NBR 14280: Cadastro de Acidente do Trabalho – Procedimento e Classificação. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2001.	
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. Anuário Estatístico da Previdência Social AEPS 2008. Brasília, 2008. Disponível em: www.inss.gov.br	
MORETTIN, Luiz Gonzaga. Estatística Básica. Probabilidade. v. 1. Editora Person, 1999.	

Disciplina: Práticas em Saúde e Segurança do Trabalho	
--	--

<p>Ementa:</p> <p>Legislação, Normas Regulamentadoras. LTCAT, PPRA, PCMSO, PPP.</p>
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>Manuais de Legislação Atlas. Segurança e Medicina do Trabalho. 67 ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>POSSIBOM, Walter Luiz Pacheco. NR'S 7 E 9 - PCMSO — PPRA — PCA — PPR —</p> <p>PGRSS: Métodos para elaboração de programas. São Paulo: LTR, 2008.</p> <p>SHERIQUE, J. Aprenda como fazer demonstrações ambientais – PPRA / PCMAT / PGR / LTCAT / LT / PPP / GFIP. 4. ed. São Paulo: LTR Editora, 2004.</p>
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>MARTINEZ, Wladimir Novaes. PPP na aposentadoria especial: Quem deve fazê-lo. Como elaborá-lo. Períodos incluídos. Seus signatários. Para quem entregá-lo. 2 ed. São Paulo: LTR, 2003.</p> <p>MARTINEZ, Wladimir Novaes. Segurança e Medicina do Trabalho. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.</p> <p>COSTA, Armando Casimiro; FERRARI Irany; MARTINS, Melchíades Rodrigues. CLT-LTR 2011. 38 Ed. São Paulo: LTR, 2011.</p>

6.2.4 Prática profissional

O Curso Técnico em Segurança do Trabalho na modalidade em EAD requer Prática Profissional com carga horária de 240h, seguindo as diretrizes estabelecidas para cada curso. Além disso, o Curso integra as disciplinas específicas com a prática de formação profissional pretendida, favorecendo o desenvolvimento das competências necessárias ao profissional, e mostra a amplitude do trabalho do Técnico em Segurança do Trabalho na sociedade atual.

O curso contemplará parte de sua carga horária para o desenvolvimento de práticas profissionais planejadas e articuladas às disciplinas, propiciando ao cursista a realização de atividades concretas de trabalho. Entende-se por prática profissional as atividades voltadas para o aprimoramento da formação profissional do cursista, mediante a aplicação prática dos conhecimentos teóricos estudados no curso, tais como atividades práticas, visitas técnicas, pesquisas de campo, análise de situações problema, elaboração e execução de projetos, dentre outras.

É também recomendável que tais práticas se deem de maneira interdisciplinar, possibilitando uma maior integração entre os elementos curriculares. Nestas práticas profissionais também poderão ser contempladas atividades de pesquisa e extensão voltadas para o atendimento e desenvolvimento da comunidade.

6.2.5 Estágio curricular

O Curso de Segurança do Trabalho na modalidade em EAD não requer, em caráter obrigatório, a realização do estágio supervisionado dado à natureza da atividade profissional do egresso, bem como a metodologia utilizada para o desenvolvimento e aplicação da organização curricular do curso, estruturada para o desenvolvimento das competências profissionais.

Embora não seja obrigatório, será incentivada a realização de estágios vivenciais na área. Os estágios representam atividades formativas e poderão ser certificados pelo curso.

7 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Com bases nas diretrizes curriculares do ensino técnico profissional no país, serão aproveitados, desde que relacionados ao perfil profissional de conclusão da habilitação profissional, conhecimentos adquiridos: no ensino médio; em qualificações profissionais e etapas ou módulos concluídos em outros cursos de nível médio; no trabalho, ou por outros meios informais, mediante avaliação do cursista.

O aproveitamento de estudos pode ser feito mediante apresentação de documento escolar referente às séries, períodos, etapas ou componentes curriculares nos quais o cursista obteve aprovação. No caso de estudos concluídos com êxito em qualquer curso ou exame, legalmente autorizados, no mesmo nível, ou em nível mais elevado de ensino, o aproveitamento de estudos pode ocorrer através de deliberação de uma comissão da própria instituição, que classifique o candidato no nível correspondente ao seu desempenho.

Se os conhecimentos tiverem sido adquiridos através do cotidiano no trabalho, o cursista poderá ser beneficiado com a “certificação de competências”, podendo também esses conhecimentos, após certificação, serem aproveitados no curso.

Dessa forma, estão sendo atendidas as diretrizes nacionais para o ensino

técnico, conforme legislação vigente e regulamentação interna da instituição, proporcionando ao educando a possibilidade de trabalhar na área, estando esse qualificado ou habilitado na área específica.

8 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO APLICADOS AOS ALUNOS DO CURSO

8.1 Avaliação da aprendizagem

O processo de avaliação da aprendizagem dos cursistas será desenvolvido de forma a observar o disposto no PPP, no Regimento do IFNMG e na legislação vigente. Para a metodologia que se propõe, a avaliação torna-se instrumento fundamental. O mecanismo ação-reflexão-ação é importante para que a avaliação cumpra o seu papel, ou seja, o julgamento qualitativo da ação deve estar em função do aprimoramento desta mesma ação.

O exercício avaliativo estará baseado nos atributos (conhecimentos, habilidades e valores) das competências definidas no perfil de conclusão de curso e se desenvolverá de forma sistemática, com ênfase nas modalidades “diagnóstica, somativa e formativa”.

A dimensão diagnóstica deve ser compartilhada por tutores, professor formador e cursista, permitindo a identificação de possibilidades e dificuldades na aprendizagem, no decorrer do processo. A dimensão formativa, por sua vez, possibilitará a tomada de medidas corretivas no momento adequado, de tal maneira que o cursista possa ser orientado pelo tutor presencial quanto às dúvidas de conteúdo, atividades práticas, metodologia e o próprio processo de aprendizagem em si. A dimensão somativa identificará o grau em que os objetivos foram atingidos, expressando os resultados de aproveitamento no curso por meio de notas.

8.2. Promoção e Reprovação

Os instrumentos de avaliação da aprendizagem serão constituídos pelas atividades individuais e de grupos previstas nos cadernos de estudo, atividades e provas (presenciais) referentes aos conteúdos e atividades desenvolvidas.

Ao longo do curso serão distribuídos 100 (cem) pontos para avaliação das atividades de cada módulo e 60% dessas atividades serão presenciais, cumprindo a determinação legal. Para a aprovação final, o cursista deverá obter 60% dos pontos. A equipe multidisciplinar dos cursos será responsável pela correção das atividades

individuais, de grupos e provas mensais e pela atribuição de notas, podendo ser auxiliada pelos tutores.

A insuficiência revelada na aprendizagem pode ser objeto de correção, pelos processos de recuperação (paralela e final). A recuperação paralela se fará presente nos casos em que o domínio de um conceito é fundamental para a continuidade do processo de aprendizagem, quando os professores formadores oferecerão estratégias pedagógicas para aqueles que não conseguiram o desempenho satisfatório (nota inferior a 60 pontos).

O processo consistirá na viabilização de atividades programadas pelos professores formadores (revisão de atividades, exercícios, sínteses etc.). Essas atividades não devem se caracterizar como instrumentos de coerção e/ou punição; pelo contrário, são peças fundamentais para o processo avaliativo pautado nos preceitos apresentados neste projeto.

8.2.1 Quadro de avaliações

Avaliação	Modalidade	Pontuação
Avaliação semestral	Presencial	30 pontos
Avaliação <i>online</i> individual	A distância	20 pontos
Apresentação de seminário	Presencial	10 pontos
Atividades aplicadas (visitas técnicas, trabalhos de campo e/ou atividades práticas)	Presencial	10 pontos
Participação nas atividades propostas pelo professor nos encontros presenciais	Presencial	10 pontos
Participação nos fóruns de discussão da disciplina	A distância	10 pontos
Autoavaliação	A distância	10 pontos
Total de pontos distribuídos		100 pontos

O módulo introdutório estará isento de avaliação. Entretanto, o cursista deverá cumprir 75% da carga horária do módulo para dar continuidade ao curso. Ao aluno que cumprir as atividades e estiver com frequência igual ou superior a 75% neste módulo será atribuída a nota máxima (100 pontos), a fim de cumprimento das normas de

registro de frequência e avaliação.

Qualquer situação omissa neste Plano de Curso deverá ser resolvida em conformidade com o Regimento por um conselho de classe, formado pelos coordenadores gerais, coordenadores de cursos, pedagogo e professores formadores.

8.3 Frequência

Em relação à frequência nos encontros presenciais, o cursista deverá apresentar frequência mínima de 75% na carga horária total destes encontros, por módulo, para ser aprovado.

9 AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

Sempre que se julgar necessário, serão realizadas reuniões para discussão, análise e reavaliação das propostas presentes neste Plano de Curso, podendo o mesmo ser reformulado para melhor atender aos objetivos propostos.

10 CERTIFICADOS E DIPLOMAS A SEREM EXPEDIDOS

A certificação de conclusão do curso técnico será expedida por um dos Câmpus do IFNMG, quando do término do curso, desde que o estudante tenha concluído o Ensino Médio, esteja aprovado em todas as disciplinas curriculares e tenha a frequência mínima exigida.

11 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Brasília: 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task>. Acesso em: 9 out. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Revogado pelo Decreto nº 5.154, de 2004 Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 17 out. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 e 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5154.htm>. Acesso em: 17 out. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394,** de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 15 nov. 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS. **Projeto Político Pedagógico do Câmpus Montes Claros.** 2013.